



Razão Social: V&P Serviços de Viagens LTDA	Brasília, 26 de Agosto de 2019
CNPJ/MF Nº 21.993.683/0001/03	Inscrição estadual nº 07.711.877/001-02
Endereço: SHN Bloco "A" loja 294 Manhattan Plaza CEP: 70.702-000 Brasília-DF	Telefone: (61) 3033-6083
Banco: Banco do Brasil Agência nº: 2863-0 C/C Nº: 22400-6	Nome do signatário: Alexandre Mendonça Valente Gonçalves RG: 1206.8881-64 SSP/DF CPF : 704.710.371-68 Cargo na empresa: Sócio-Diretor
E-mail: valente_tam@hotmail.com	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
PREGÃO ELETRÔNICO n. 30/2019

DECLARAÇÃO

A **V&P Serviços de Viagens LTDA**, CNPJ nº **21.993.683/0001-03**, por intermédio de seu representante legal, o **Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves**, portador da Carteira de Identidade nº. **1933623 SSP/DF** e CPF nº. **704.710.371-68**, para os fins de habilitação **DECLARA**, sob as penas da Lei, de que possui condições operacionais necessárias à emissão dos bilhetes de passagens aéreas, em conformidade com as políticas comerciais e financeiras das principais companhias aéreas, consoante disciplina do art. 8º, da Instrução Normativa MPOG nº 03/2015.

Brasília, 26 de Agosto de 2019

Alexandre Mendonça Valente Gonçalves
1933623 – SSP/DF
Sócio-Diretor



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **MG SERVICE GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o Nº **22.163.441/0001-47** sediada na QUADRA 204 SALA 246 EDIFÍCIO ALFA MIX – ÁGUAS CLARAS – BRASÍLIA/DF CEP: 71.939-540, atesta para os devidos fins que a empresa **V&P Serviços de Viagens Ltda** inscrita no CNPJ sob nº **21.993.683/0001-03**, situada **SHN Quadra 02 Bloco A Loja 294 Manhattan Plaza – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.702-000** presta os serviços abaixo especificados:

- Emissão de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais;
- Emissão de Passagens Terrestres/Rodoviárias;
- Locação de Veículos;
- Reservas de Hotéis no Brasil e no Exterior;
- Organização e Monitoramento de eventos em geral;
- Pacotes Turísticos para viagens de eventos e férias;
- Emissão de Seguro de Assistência em viagens
- Serviço de Receptivo com traslados e “*transfer*”, no Brasil e exterior.
- Serviço Acesso interligado diretamente com sites das empresas aéreas do Brasil, das principais empresas aéreas internacionais e dos principais sistemas GDS (Global Distribution) ou CRS (Central Reservation System), tais como o Sabre e o Amadeus, por servidores designados pelo CONTRATANTE, em nível de requisitante, que possibilite a cotação, reserva (self-booking), remarcação, cancelamento, requisição e emissão de bilhete de passagem (self-ticket) em formato Eticket ou similar, juntamente com o pagamento de tarifa de bagagem eventualmente cobrada pela companhia aérea.

Atestamos que, o Contrato anual é no valor de R\$ 3.000.000,00 e tais prestações de serviços estão sendo executadas satisfatoriamente desde Abril de 2015, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

22.163.441/0001-47

MG Service Gestão de Pessoas e Serviços Eireli-EPP

QD 204 Lote 02 Sala 245

Águas Claras - CEP: 71.939-540

Brasília - DF

Brasília, 17 de Agosto de 2015

Steferson Inácio Rodrigues
Diretor Executivo
MG Service

Steferson Inácio Rodrigues

Proprietário/Diretor

DE PESSOAS E SERVIÇOS EIRELI-EPP



- Alfa Mix – Aguas Claras/DF – CEP 71.939-540
0830 – (61) 99994-3789
rvice.gestao@gmail.com



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nº 36/2018

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda., CNPJ n. 21.993.683/0001-03, estabelecida na SHN Quadra 02, bloco A, Loja 294, Asa Norte, CEP 70.702-000, em Brasília-DF, presta a este Tribunal, CNPJ n. 05.885.797/0001-75, serviços de agenciamento de viagens compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, com valor anual estimado de R\$ 414.340,00 (quatrocentos e quatorze mil e trezentos e quarenta reais), conforme Processo Administrativo Eletrônico n. 584/2017, Pregão 33/2017.

A empresa demonstra boa capacidade técnica não constando em nossos registros, até a presente data, fato que a desabone.

Porto Alegre, 17 de Julho de 2018.

**JOSÉ ATÍLIO BENITES LOPES
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**



Rua Duque de Caxias, 350 – Porto Alegre/RS – CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br – fornecimento@tre-rs.jus.br -Fones: (51) 3294-8315

Assinado digitalmente conforme Lei 11.419/2006
Em: 17/07/2018 - 15:59
Por: Jose Atilio Benites Lopes:30920382
Original em: <http://docs.tre-rs.gov.br> CHAVE: 72af24dad

TRE-RS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins, e a pedido da interessada que a empresa **V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA**, com sede no SHN, Quadra 2, Bloco A, Loja 294, Brasília/DF, CEP 70.702-010, inscrita no CNPJ sob o nº **21.993.683/0001-03**, vem prestando ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIO**, inscrito no CNPJ sob o nº **26.989.715/0002-93**, sediado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, s/n - Lote 02 - Ed. Sede do MPDFT, CEP: 70.091-900, Brasília/DF, serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens relativas a transporte aéreo em âmbito nacional e internacional, por meio do contrato nº 8/2018 celebrado com vigência para todo o exercício de 2018, no valor de R\$ 125.474,00 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), com emissão estimada de 100 (cem) bilhetes aéreos (ida e volta).

Na oportunidade, certifico que os serviços acima especificados vêm sendo prestados dentro do prazo estabelecido e em conformidade com o solicitado por este Órgão, demonstrando a Contratada possuir capacidade técnica e gerencial nos compromissos assumidos e, nada havendo em nossos arquivos, até a presente data, que possa desaboná-la.

Brasília/DF, 28 de junho de 2018.


ANDREA VIEIRA SANTOS
Secretária de Administração



V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA

CNPJ: 21.993.683/0001-03 CADASTUR : 07.079312.10.0001-2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que entre si celebram, **V&P Serviço de Viagens Ltda**, doravante designada por **CONTRATADA**, com sede em Brasília- DF, no SHN, Quadra 2, Bloco A, Loja 294, inscrita no **CNPJ** sob o número **21.993.683/0001-03** e no CADASTUR sob o número 07.079312.10.0001-2, telefone comercial (61) 3033-6083, neste ato representada por seu sócio/diretor, Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves, CPF: 704.710.371-68, RG: 1208888164 SSP/BA, e de outro lado, doravante denominada **CONTRATANTE, MG SERVICE GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS EIRELI EPP**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **22.163.441/0001-47**, situada Quadra 204 Lote 02 Sala 246 Edifício Alfa Mix, Águas Claras-DF, CEP: 71.939-540, neste ato representada por seu proprietário, Sr Steferson Inácio Rodrigues, portador do CPF: 858.983.331-34, RG nº 1859135 SSP/DF tem entre si contratado o que se segue:

- OBJETO -

Cláusula Primeira

A CONTRATADA, por este instrumento, estabelece as normas para a prestação dos serviços de aquisição de passagens aéreas (nacionais e internacionais), marítimas, rodoviárias (terrestre), pacotes turísticos para viagens de eventos e férias, locação de veículos, hospedagens(nacionais e internacionais), organização e monitoramento de eventos em geral, emissão de seguro viagem, serviço de receptivo com traslados e transfer no Brasil e no exterior, bem como para o atendimento de todos os serviços inerentes a uma Agência de Viagens, conforme a proposta de preços apresentada e aceita pela CONTRATANTE;

Cláusula Segunda

A CONTRATADA obriga-se a providenciar os serviços que lhe forem requisitados pela CONTRATANTE, na forma e especificações solicitadas por e-mail, devendo encaminhar o detalhamento do serviço realizado por meio da respectiva assinatura no formulário de nota de débito, por seu representante legal ou preposto.



V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA

CNPJ: 21.993.683/0001-03 CADASTUR : 07.079312.10.0001-2

- RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA -

Cláusula Terceira

Os bilhetes aéreos, parcial ou totalmente inutilizados pela CONTRATANTE, quando restituídos à CONTRATADA dentro do prazo de validade, terão seus valores creditados na Conta Corrente do CONTRATANTE, de acordo com as datas pré-estabelecidas pelas Companhias Aéreas.

- FORMA DE PAGAMENTO -

Cláusula Quarta

Visando prestar os serviços pormenorizados na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE deverá dispendar à CONTRATADA como remuneração dos serviços prestados, os seguintes valores:

- R\$ 20,00 (vinte reais) por cada emissão de bilhetes aéreos. Salienta-se que este valor refere-se a cada bilhete (emissões/remarcações/cancelamentos) para passagens nacionais e internacionais;
- No tocante as reemissões será cobrada a diferença tarifária, bem como multas aplicadas pelas cias aéreas, mais a taxa administrativa de R\$ 20,00 (vinte reais).

Cláusula Quinta

A CONTRATANTE se obriga a pagar pelo serviços prestados nos seguintes prazos:

- a) Emissões de Passagens Aéreas com o faturamento todo dia 20 cujo vencimento dia 03 do mês subsequente;
- b) Emissões de Hospedagens e Locações de Veículos no Período: 01 à 10 do mês corrente, o pagamento será realizado dia 20 do mês corrente;
- c) Emissões de Hospedagens e Locações de Veículos no Período: 11 à 20 do mês corrente, o pagamento será realizado dia 30 do mês corrente.
- d) Emissões de Hospedagens e Locações de Veículos no Período: 21 à 30/31 do mês corrente, o pagamento será realizado dia 10 do mês subsequente.



V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA

CNPJ: 21.993.683/0001-03 CADASTUR : 07.079312.10.0001-2

A CONTRATADA está apta a efetuar sua cobrança, seja por meio de carteira ou boleto bancário, previamente comunicado por aviso de cobrança e fatura de débito, a qual deverá se fazer constar todos os dados dos serviços prestados e bilhetes emitidos, bem como as notas de hospedagem e locação de veículos, etc...

Cláusula Oitava

O pagamento das faturas deverá ser efetuado até a data do vencimento constante na fatura de débito emitido pela CONTRATADA. Havendo atraso no pagamento, a CONTRATANTE pagará, além do principal, os seguintes acréscimos:

a – multa fixa, como pena por atraso de 2% (dois por cento) do valor principal, incidente a partir do dia posterior ao da data de vencimento;

b – cobrança de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis centésimos por cento) ao dia do valor principal referente a juros após o vencimento.

c – juros de 1% (um por cento) do valor principal, por mês, quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º - Se o atraso for superior a 60 (sessenta) dias, a CONTRATADA reserva-se o direito de efetuar a cobrança por meio de seu Departamento Jurídico.

- VIGÊNCIA DO CONTRATO -

Cláusula Nona

Parágrafo único- O presente contrato entra em vigor a partir de sua assinatura e terá validade por 1 (um) ano, podendo ser prorrogado pelo período acordado entre as partes e pode ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, desde que a parte interessada notifique a outra por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Poderá, ainda, ser rescindido de imediato, nos casos de inadimplemento de qualquer das cláusulas acima, por quaisquer das partes e obrigam-se as partes contratantes a cumprir todas as cláusulas ajustadas durante o prazo de 30 (trinta) dias que antecedem a rescisão aqui prevista.



V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA

CNPJ: 21.993.683/0001-03 CADASTUR : 07.079312.10.0001-2

- DISPOSIÇÕES FINAIS -

Cláusula Décima

Caso tenham que recorrer a meios judiciais para dirimir dúvidas que o presente Contrato venha a suscitar, fica eleito, desde já, o FORO do Distrito Federal, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual forma e teor, para um só fim, perante as testemunhas abaixo firmadas, para que produza todos os seus efeitos legais.

Brasília, 02 de Abril de 2015.

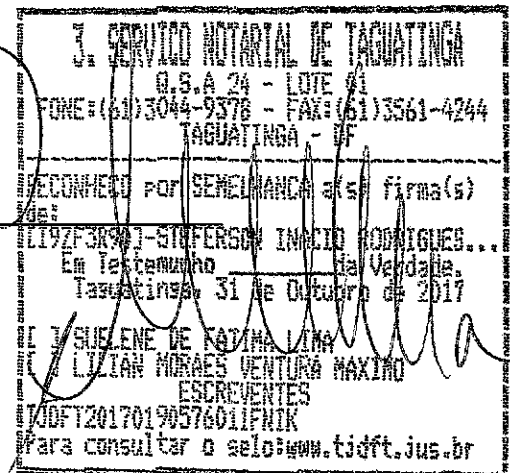


MG SERVICE GESTÃO DE PESSOAS E S
CONTRATANTE



V&P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

CONTRATO Nº 008/SG/MPDFT/2018

PROCESSO Nº 08191.057558/2017-25

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E V & P SERVIÇOS DE
VIAGENS LTDA. – ME.**

CONTRATANTE

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito
no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
sob o número 26.989.715/0002-93, instalado no Eixo Monumental,
Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília – DF, neste ato representado por
seu Secretário-Geral Adjunto, **RENATO LUQUEIZ SALLES**, nos termos
da Portaria nº 121/PGJ, de 30 de janeiro de 2015 daqui por diante
designado simplesmente **MPDFT**;

CONTRATADA

V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA. – ME, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do
Ministério da Fazenda sob o número 21.993.683/0001-03, estabelecida
na SHN, Quadra 2, Bloco "A", Loja 304, Manhattan Plaza, Asa Norte,
Brasília – DF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato
representada por sua Sócia, **GEUSA PEREIRA DA SILVA**, brasileira,
solteira, portadora da CI-RG nº 1.564.678 – SSP/DF, inscrita no
CPF/MF sob o nº 786.799.151-49, conforme Contrato Social, que
confere à qualificada poderes para representá-la na assinatura do
contrato, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, atualizada; no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, subsidiariamente no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 51/2017**, do tipo **MENOR PREÇO**, doravante designado meramente edital, e nos autos do processo nº 08191.057558/2017-25, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens relativas ao transporte aéreo de Membros, Servidores e colaboradores eventuais, em âmbito nacional e internacional, durante todo o exercício de 2018, de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e dos anexos do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do objeto contratual deverá obedecer às disposições constantes dos anexos do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES

Quando da solicitação dos serviços, a CONTRATADA deverá executá-los nos seguintes prazos:

- a) até 20 (vinte) minutos, para reservas de passagens;
- b) até 30 (trinta) minutos, para emissão e entrega dos bilhetes eletrônicos (*e-tickets*) no e-mail da Seção de Controle de Diárias e Passagens (passagens@mpdft.mp.br);
- c) até 2 (duas) horas, para entrega dos bilhetes eletrônicos (*e-tickets*), caso necessário, fora das dependências do Edifício Sede do MPDFT.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DO QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO

O MPDFT estima que, durante a vigência do presente contrato, sejam emitidos 100 (cem) bilhetes de passagens aéreas.

PARÁGRAFO QUARTO – DO VALOR DA TARIFA

O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às promocionais.

Serão repassadas ao MPDFT as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim.

À Administração do MPDFT reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, à data da emissão dos bilhetes de passagens, devendo este valor ser igual ao visualizado na tela do *site* da companhia aérea para o setor privado.

PARÁGRAFO QUINTO – DA DOCUMENTAÇÃO REGULAMENTAR

A execução do objeto contratual, mediante Pregão Eletrônico nº 51/2017, fundamentada na Lei nº 10.520/2002, obedecerá às estipulações deste instrumento (e seus anexos), além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 29/12/2017, e dirigida ao MPDFT, contendo os valores unitários e global, bem assim nos demais documentos constantes do processo nº 08191.057558/2017-25, que independentemente de transcrição passam a integrar e complementam o contrato, naquilo que não o contrariem.





2

PARÁGRAFO SEXTO – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPDFT

Por via deste instrumento contratual, o MPDFT obriga-se a:

1. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
2. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades previstas no ato convocatório e neste instrumento;
3. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato;
4. anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
5. informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do contrato e de seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
6. comunicar à CONTRATADA, com a antecedência necessária, qualquer alteração na prestação do serviço contratado;
7. considerar, quando da execução da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

Constituem-se obrigações do gestor do contrato, aquelas dispostas nos itens 3 a 7 desta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta e em especial:

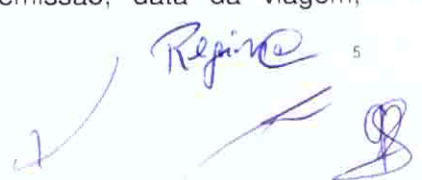
1. executar, com esmero e perfeição, o serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens relativas ao transporte aéreo de Membros, Servidores e colaboradores eventuais, em âmbito nacional e internacional, durante todo o exercício de 2018, em conformidade com as disposições da Cláusula Primeira deste instrumento e dos anexos do edital;
2. recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
3. fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de cinco dias úteis;
4. apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;

5. comunicar imediatamente ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
6. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT;
7. não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato;
8. não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
9. o atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT;
10. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
11. fazer com que seus empregados ou prestadores de serviços cumpram as normas e regulamentos internos do MPDFT;
12. responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
13. manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
14. recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
15. comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de dez dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
16. encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato;
17. acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT;
18. assumir total responsabilidade pela guarda, manutenção, conservação e/ou reposição dos equipamentos, materiais e instalações de propriedade do MPDFT, colocados à sua disposição, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade.
19. substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao MPDFT;
20. arcar e responsabilizar-se com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o MPDFT isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

Regina 4



21. responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias que lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
22. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
23. manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;
24. atender às requisições do MPDFT somente quando forem realizadas por funcionários autorizados;
25. conceder ao MPDFT as mesmas vantagens oferecidas ao setor privado, sendo que a CONTRATADA deverá emitir as passagens aéreas solicitadas com o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;
26. atender ao MPDFT com máxima presteza, em caráter obrigatório e imediato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, por qualquer meio de comunicação, nos casos de solicitações extraordinárias e ocorridas fora do horário de expediente, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
27. apresentar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;
28. solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reserva de passagem, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos do Brasil ou no exterior;
29. refazer e/ou corrigir, no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar da comunicação, os serviços rejeitados quando em horário de expediente e 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos;
30. informar ao MPDFT os preços praticados pelas companhias de transporte aéreo, e suas eventuais majorações, se previstas, fornecendo cotações atualizadas, inclusive às de preços promocionais, bem como informar sobre regras e taxas relativas ao reembolso, à remarcação, à alteração dos prazos de reservas e ao *no-show*;
31. elaborar plano de viagem para passagens internacionais, com diferentes alternativas para os usuários;
32. efetuar a marcação de assentos, quando solicitado e indicado pelo MPDFT;
33. reembolsar ao MPDFT o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual;
34. reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo o MPDFT solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
35. executar os serviços ora licitados de acordo com as tarifas em vigor na data de emissão do bilhete, obedecendo as normas e condições estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias - SNEA, para passagens nacionais e pela *International Air Transport Association* - IATA para passagens internacionais;
36. apresentar faturas com os seguintes dados:
 - identificação do bilhete (número, data da emissão, data da viagem,



companhia aérea e trecho);

- nome do passageiro;
- valor da tarifa;
- valor da taxa de embarque;
- valor do serviço de agenciamento; e
- valor da fatura.

37. se houver regras e taxas fixadas pelas companhias aéreas que tornem o menor preço desvantajoso para o MPDFT, a empresa deverá comunicar este fato antecipadamente ao MPDFT, a quem caberá decidir pela melhor opção;
38. fornecer, juntamente com o faturamento, todo e qualquer reembolso proveniente dos serviços não utilizados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação formal;
39. manter o MPDFT permanentemente informado sobre todas as empresas que operem com voos domésticos, as eventuais alterações desse quadro, bem como as tarifas praticadas;
40. fornecer ao MPDFT relatórios operacionais, discriminando os serviços prestados durante o mês anterior, por tipo de serviço, por data de emissão de passagem, por nome do passageiro, por bilhete reembolsado, por companhia aérea.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício (2018), à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na categoria econômica de Despesa Corrente, sob o Programa de Trabalho 03062058142610053 e Elemento de Despesa 339033.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº 2018NE000074, de 11/1/2018, no valor de R\$ 125.474,01 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e um centavo), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e efetivamente realizados, o valor global estimado de R\$ 125.474,01 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e um centavo), conforme tabela abaixo:

Regime
6

ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇO						
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens relativas ao transporte aéreo de Membros, Servidores e colaboradores eventuais, em âmbito nacional e internacional, durante todo o exercício de 2018, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.						
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE BILHETES (ANUAL)	VALOR (R\$)				
		MÉDIO DO BILHETE (UNITÁRIO)	ESTIMADO DA TAXA DE EMBARQUE (UNITÁRIO)	DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM (emissão, remarcação e cancelamento) (UNITÁRIO)	TOTAL ESTIMADO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM (ANUAL)	TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (ANUAL)
Serviço de Agenciamento de Viagens	100	1.194,74	60,00	0,0001	0,01	125.474,01
	A	B	C	D	E	F

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na quantidade estimada de bilhetes, um bilhete compreende o trecho de ida e o trecho de volta.

Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor total anual estimado da prestação do serviço de agenciamento de viagem será obtido da seguinte forma: $E = A \times D$.

PARÁGRAFO QUARTO

O valor total anual estimado da contratação é obtido da seguinte forma: $F = (B + C \times A) + E$.

PARÁGRAFO QUINTO

A taxa DU/Taxa de Repasse de Terceiro não será considerada no faturamento do valor da passagem aérea.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de

Regina 7

depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, ficando condicionado à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DA ANOTAÇÃO DOS TRIBUTOS

Sobre o valor da Nota Fiscal o MPDFT fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRFB nº 1.234, de 11.1.2012.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo MPDFT, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$ – onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

PARÁGRAFO QUINTO

Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.

PARÁGRAFO SEXTO

Do montante devido à CONTRATADA poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pelo MPDFT.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O prazo de pagamento poderá ser suspenso se o serviço não estiver de acordo com as especificações estipuladas neste Instrumento, caso em que o prazo referido no caput dessa Cláusula será contado a partir da efetiva regularização das pendências por parte da empresa.

PARÁGRAFO OITAVO

A CONTRATADA deverá apresentar, mês a mês, faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo MPDFT. A

apresentação destas faturas condiciona o pagamento da próxima fatura à CONTRATADA. (Acórdão 1314/2014-Plenário – TCU)

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DO EXECUTANTE

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 6.273,70 (seis mil, duzentos e setenta e três reais e setenta centavos), no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do parágrafo anterior

PARÁGRAFO TERCEIRO

O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO

O MPDFT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO QUINTO

Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo MPDFT, bem como de processo administrativo instaurado pelo MPDFT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

 9

PARÁGRAFO SEXTO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no parágrafo quarto.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total e, ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo MPDFT, mediante correspondência entregue contra recibo.

PARÁGRAFO OITAVO

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

- I. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, sendo que:
 - a) o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;
 - b) a CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;
 - c) o valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO

O prazo de validade da garantia coincidirá com a vigência contratual, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos ao MPDFT e/ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO

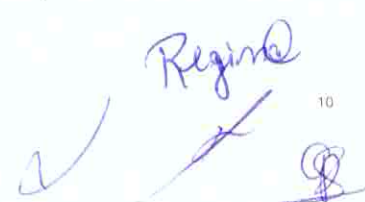
A critério do MPDFT, poderá ocorrer a liberação da garantia proporcionalmente à execução da prestação realizada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.



falhar ou fraudar na sua execução, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

- IV. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do parágrafo anterior desta cláusula, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou cobrada judicialmente a dívida, consoante o § 3º do artigo 86 e § 1º do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO QUINTO – OUTRAS SANÇÕES

De acordo com o artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SEXTO – RECURSOS

Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula caberá recurso no prazo de cinco dias úteis da data de intimação do ato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, dispostas na Lei nº 8.666/1993 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, inclusive a responsabilização do licitante por eventuais perdas e danos causados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deste contrato será exercida pelo gestor do contrato, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração do MPDFT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Regime

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem do Diretor-Geral do MPDFT, conforme estabelecido no Decreto nº 93.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: seguintes à excussão dos bens do afiançado ou outra expressão equivalente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente do MPDFT, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de entrega do objeto ou da prestação de serviços, será aplicada multa de mora, conforme previsto no art. 86 da Lei 8.666/1993, nos seguintes termos:

- I. multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso das obrigações cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia;
- II. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de inexecução total ou parcial do presente contrato, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

- I. advertência;
- II. multa:
 - a. no caso de inexecução parcial do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
 - b. em caso de inexecução total do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global atualizado do contrato.
 - i. Caso a aplicação de multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério discricionário da Administração, sempre com a análise do caso concreto.
- III. impedimento de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato,



PARÁGRAFO SEGUNDO

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o MPDFT e/ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MPDFT nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o MPDFT; e
- c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO

Conforme o § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO

A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) a execução da garantia contratual para ressarcimento ao MPDFT dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao MPDFT.

Regime

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 22/1/2018 a 31/12/2018, observado o disposto no caput do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O MPDFT deverá encaminhar extrato deste contrato para ser publicado no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, consoante disposição contida no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000.

PARÁGRAFO ÚNICO – DO ÔNUS DA PUBLICAÇÃO

Caberão à CONTRATADA as despesas que incidirem sobre a publicação do extrato do contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília-DF para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

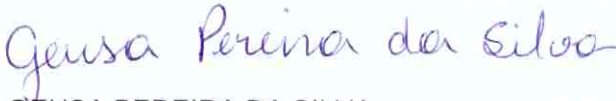
E por estarem assim, justas e acordadas, firmaram o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra-assinadas, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Brasília-DF, 22 de janeiro de 2018.

Pelo MPDFT

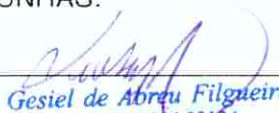

RENATO LUQUEIZ SALLES
Secretário-Geral Adjunto

Pela CONTRATADA

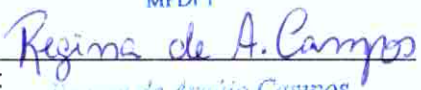

GEUSA PEREIRA DA SILVA
Sócia

TESTEMUNHAS:

1ª


NOME: Gesiel de Abreu Filgueira
CPF: 259.206.931-34
MPDFT

2ª


NOME: Regina de Araújo Campos
CPF: 004.624.806-40



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATO N. 15/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, sob regime de empreitada por preço unitário, processo administrativo eletrônico n. 584/2017, que fazem, entre si, a empresa **V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA.**, com sede na SHN Quadra 02, Bloco A, Loja 294, Asa Norte, em Brasília-DF, CEP 70702-010, com CNPJ sob número 21.993.683/0001-03, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves, no fim assinado, e o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta Capital, na Rua Duque de Caxias n. 350, CEP 90010-280, inscrito no CNPJ sob o número 05.885.797/0001-75, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Des. Carlos Cini Marchionatti, no fim assinado. Foi realizada licitação por intermédio do Pregão n. 33/2017. Os **CONTRATANTES** ficam sujeitos às normas da Lei n. 8.666/1993, ao Decreto n. 5.450/2005, à legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às cláusulas firmadas neste contrato.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

Prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, conforme as cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA 2 – EXECUÇÃO

2.1. O contrato será executado em observância às estipulações deste instrumento, bem como às demais condições atinentes ao objeto que se encontram previstas no Termo de Referência (Anexo III do Pregão n. 33/2017).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

2.2. A CONTRATADA deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do início da vigência, disponibilizar ferramenta on-line de autoagendamento, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, inclusive feriados, para que o **CONTRATANTE** possa efetuar pesquisas/reservas.

2.2.1. O sistema deve oferecer tela única de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais, constando trechos, voos, horários, aeronaves, classes de bilhetes e preços.

2.3. O CONTRATANTE, apesar de ter acesso à ferramenta de autoagendamento, poderá solicitar cotações de voos à **CONTRATADA**.

2.3.1. Nesse caso, a **CONTRATADA** deverá apresentar as opções de voos de todas as companhias aéreas, observando o menor preço praticado, de acordo com a solicitação enviada por e-mail ou, excepcionalmente, por telefone.

2.4. A CONTRATADA deverá apresentar a cotação do dia da solicitação com os mesmos valores que aparecem nos sistemas das companhias aéreas.

2.5. O prazo para o envio da pesquisa de voos será de 2 (duas) horas.

2.6. Sempre que houver tarifas promocionais ou reduzidas nos dias para os quais foram solicitadas cotações de preço, a **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE**.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

2.7. A emissão e envio dos *e-tickets* (bilhetes eletrônicos) deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do **CONTRATANTE**.

2.7.1. No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na consulta/reserva, tal diferença será glosada pelo **CONTRATANTE**.

2.8. Havendo solicitação de reembolso de bilhetes, descontadas as penalidades previstas na regra tarifária da companhia aérea, os valores devolvidos deverão ser creditados ao **CONTRATANTE** na fatura subsequente, sem qualquer custo adicional.

2.9. A **CONTRATADA** deverá informar, imediatamente, ao **CONTRATANTE**, possíveis alterações referentes aos voos reservados ou emitidos.

2.10. Relativamente aos voos com escala e conexão, a **CONTRATADA** deverá informar onde são e os horários de chegada e saída.

CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

3.2. A CONTRATADA deverá designar um supervisor responsável pelo atendimento das solicitações do **CONTRATANTE**.

3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar um número de telefone e celular para contato permanente, inclusive nos feriados e finais de semana.

3.4. A CONTRATADA compromete-se a colocar à disposição do **CONTRATANTE** o número necessário de profissionais para o completo, cabal e perfeito desempenho das tarefas mencionadas no presente contrato.

3.5. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, em parte, o objeto do presente contrato, se for conveniente para o **CONTRATANTE**, mediante prévia e escrita autorização deste, ressalvado o disposto na cláusula 3.7.

3.6. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços.

3.7. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros a responsabilidade de que trata a cláusula anterior na hipótese de subcontratações.

3.8. A CONTRATADA deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, via e-mail passagens@tre-rs.jus.br, a confirmação das passagens por trecho individual, devendo constar os dados relativos à viagem (código localizador, n. do bilhete eletrônico, data e horário de embarque, valor da tarifa e taxa de embarque) e outros relevantes para o embarque e conferência das passagens.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

3.9. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea e com os dados dos usuários.

3.10. A CONTRATADA deverá fornecer, trimestralmente, relatório de todas as passagens emitidas para o **CONTRATANTE**, contendo o nome do passageiro, rota (destinos), datas de embarque e desembarque e código localizador da viagem.

3.11. A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.12. A CONTRATADA fica ciente, ainda, do disposto no art. 3º, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça que veda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, podendo ser exigida, a qualquer tempo, comprovação, inclusive por meio de declaração expressa da **CONTRATADA**, quanto a sua observância.

3.13. A CONTRATADA deverá cumprir, conforme o caso, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O CONTRATANTE obriga-se a proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços contratados.

4.2. O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA 5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Competirá exclusivamente à **CONTRATADA** o pagamento de salários, horas extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, impostos, taxas e outros que incidam ou venham a incidir sobre a contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.

5.2. Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.

5.3. Compromete-se, igualmente, a **CONTRATADA**, a cumprir dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada em virtude da contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo, ressalvado o disposto na cláusula 5.4.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

5.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS) e à Fazenda Nacional (Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02-10-2014, independente de solicitação.

5.4.1. O descumprimento ao disposto na cláusula 5.4 ensejará a rescisão contratual, observada a cláusula 5.4.1.1, sem prejuízo do pagamento se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

5.4.1.1. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou incapacidade de corrigir a situação.

5.4.2. Tanto matriz quanto filial poderá executar o objeto contratado, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

5.4.3. Não há diferença entre os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica (matriz e filiais). Havendo a comprovação quanto à regularidade de um dos estabelecimentos, automaticamente, estará comprovada a regularidade dos demais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

5.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS) e à Fazenda Nacional (Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02-10-2014, independente de solicitação.

5.4.1. O descumprimento ao disposto na cláusula 5.4 ensejará a rescisão contratual, observada a cláusula 5.4.1.1, sem prejuízo do pagamento se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

5.4.1.1. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou incapacidade de corrigir a situação.

5.4.2. Tanto matriz quanto filial poderá executar o objeto contratado, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

5.4.3. Não há diferença entre os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica (matriz e filiais). Havendo a comprovação quanto à regularidade de um dos estabelecimentos, automaticamente, estará comprovada a regularidade dos demais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

5.5. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos referidos na cláusula 5, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

5.6. Fica ressalvado o direito regressivo do **CONTRATANTE** contra a **CONTRATADA** e admitida a retenção das importâncias a esta devidas para a garantia do cumprimento das obrigações sociais e previdenciárias previstas em lei.

5.7. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.

5.7.1. Verificado o dano, o **CONTRATANTE** eximir-se-á de qualquer responsabilidade, ficando alheio à relação jurídica que venha a se estabelecer entre a **CONTRATADA** e terceiros prejudicados.

CLÁUSULA 6 – PREÇO

6.1. O preço unitário para a prestação dos serviços de agenciamento é de - R\$ 158,86 (valor negativo de cento e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

6.1.1. O preço é único (fixo), independentemente de se tratar de
passagem aérea nacional ou internacional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

6.2. O preço anual estimado para a contratação é de R\$ 414.340,00 (quatrocentos e quatorze mil, trezentos e quarenta reais).

CLÁUSULA 7 – REAJUSTAMENTO

7.1. Não haverá reajustamento do valor cotado, durante o período de 01 (um) ano, a contar da data da apresentação da proposta (08-8-2017), em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29-6-1995, combinado com o § 1º do art. 2º e § 1º do art. 3º, ambos da Lei n. 10.192, de 14-02-2001.

7.2. Transcorrido o prazo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, o valor contratado será reajustado, utilizando-se para cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou, na hipótese de extinção deste, o que venha a substituí-lo.

7.3. O valor para a prestação dos serviços, durante todo o prazo contratual, terá como limite máximo aceitável os preços comprovadamente praticados no mercado do ramo, e de conformidade com a legislação vigente.

7.4. O novo valor será registrado por intermédio de apostila.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

CLÁUSULA 8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento da despesa será efetuado obedecendo ao que segue: quinzenalmente, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** documento fiscal referente aos bilhetes das passagens dos usuários que já tenham retornado a Porto Alegre na data da emissão do documento fiscal.

8.1.1. O documento fiscal deverá discriminar o valor da passagem, com os respectivos valores de prestação do serviço e taxa de embarque.

8.1.2. A remuneração total a ser paga à **CONTRATADA** será apurada a partir da soma do preço para a prestação dos serviços de agenciamento (compreendendo emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional), multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas, remarcadas ou canceladas no período faturado.

8.2. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho.

8.2.1. Caberá à **CONTRATADA** informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

8.3. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do atesto da execução do objeto decorrente do adimplemento da obrigação contratual.

8.3.1. No caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93 (R\$ 8.000,00), o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção nos documentos apresentados pela **CONTRATADA** que desaconselhe o seu pagamento, os prazos de que tratam as cláusulas 8.3 e 8.3.1 serão contados a partir da respectiva regularização, não incidindo qualquer acréscimo no preço contratado.

8.5. Para todos os fins, considera-se a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

8.6. Os pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA** estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a **CONTRATADA** incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

8.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo **CONTRATANTE**, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a
do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim
apurado:

$$I = i / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

CLÁUSULA 9 – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

9.1. Para o atendimento das despesas foram emitidos os
seguintes empenhos:

a) ns. 2017NE001031 e 2017NE001032, ambos de 10-8-2017, à
conta do elemento 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, da ação
orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 01 –
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

b) n. 2017NE001033, de 10-8-2017, para o atendimento das
despesas com passagens para cursos, à conta do elemento 3390.33 – Passagens e
Despesas com Locomoção, da ação orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento
de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do
Sul, plano orçamentário 02 – Capacitação de Recursos Humanos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

9.2. Para os exercícios seguintes, inclusive em caso de prorrogação contratual, serão emitidas notas de empenho à conta das dotações orçamentárias previstas para despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA 10 – VIGÊNCIA

O contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de 30-10-2017, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma da lei, se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA 11 – SANÇÕES

11.1. A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, se:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar documentação exigida;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

f) fizer declaração falsa;

g) cometer fraude fiscal.

11.1.1. Para os fins do disposto na letra “e”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

11.2. A inobservância dos prazos previstos neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das sanções abaixo, conforme o caso:

a) atraso injustificado na disponibilização da ferramenta on-line no prazo referido na cláusula 2.2 deste contrato, ou, quando, por culpa da **CONTRATADA**, a ferramenta ficar indisponível: multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), até o máximo de 30 (trinta) dias, quando, então, incidirá multa correspondente à inexecução total do contrato.

b) atraso injustificado no envio da pesquisa referida na cláusula 2.5 deste contrato: multa de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora de atraso, até o máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando, então, configurar-se-á a inexecução parcial do contrato.

c) atraso injustificado na emissão dos bilhetes, após a solicitação do **CONTRATANTE** (cláusula 2.7 deste contrato): multa de R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora de atraso, até o máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando, então, configurar-se-á a inexecução parcial do contrato.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

11.2.1. As sanções mencionadas poderão ser substituídas por advertência, desde que não se trate de conduta reincidente e que, também, não tenha acarretado prejuízo ao **CONTRATANTE**.

11.3. No caso de inexecução parcial ou total do presente contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, por inexecução parcial do contrato, conforme tabela:

ITEM	CONDUTA	MULTA
1	Fornecer pesquisa com cotação de bilhete com valor comprovadamente superior ao existente no momento da cotação.	Valor da diferença entre o prego cotado e o menor prego efetivamente praticado pela companhia aérea, por ocorrência.
2	Deixar de enviar pesquisa de voos quando solicitado pelo gestor.	R\$ 40,00 (quarenta reais), por ocorrência.
3	Deixar de emitir o bilhete quando solicitado pelo gestor.	R\$ 40,00 (quarenta reais), por ocorrência.
4	Atrasar o envio da pesquisa de voos em prazo superior ao estipulado na cláusula 11.2, "b".	R\$ 40,00 (quarenta reais), por ocorrência.
5	Atrasar a emissão de bilhetes em prazo superior ao estipulado na cláusula 11.2, "c".	R\$ 40,00 (quarenta reais), por ocorrência.
6	Demais casos de inexecução parcial, tais como: deixar de repassar os valores de reembolsos, deixar de informar a existência de tarifas promocionais, etc.	R\$ 40,00 (quarenta reais), por ocorrência.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

c) multa por inexecução total correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual estimado da contratação.

11.4. A sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União, poderá ser aplicada com a de advertência e de multa, garantido, em todas as hipóteses, o direito à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

11.5. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontadas do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

11.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA 12 – RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993, no que for cabível.

12.2. O contrato também poderá ser rescindido no caso de necessidade administrativa do **CONTRATANTE**, desde que comunicado à **CONTRATADA**.

12.3. A ocorrência de rescisão na hipótese da cláusula 12.2 não causa obrigação de indenizar qualquer das partes.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

12.4. A CONTRATADA declara reconhecer os direitos do **CONTRATANTE** previstos nos artigos 77 e 80 da Lei n. 8.666/1993, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA 13 – ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços serão acompanhados pelo gestor do contrato que registrará as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

13.1.1. O gestor poderá solicitar a paralisação temporária de serviços caso seja constatada alguma irregularidade grave.

13.2. A fiscalização dos serviços pelo **CONTRATANTE** não exclui e nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 14 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do edital do Pregão n. 33/2017, em especial o Termo de Referência, além das consignações constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento contratual, no que não o contrarie.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

CLÁUSULA 15 – FORO

Fica eleito o foro desta Capital, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente termo, em duas vias de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2017.

Des. Carlos Cini Marchionatti,

Pelo **CONTRATANTE**.

Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves,

Pela **CONTRATADA**.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATO N. 15/2017

TERMO ADITIVO N. 02

Pelo presente Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 15/2017 (processo SEI n. 0004423-07.2019.6.21.8000), cujo objeto é a prestação de serviços de agenciamento de viagens, firmado entre o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (CONTRATANTE)**, neste ato representado por sua Presidente, Des. Marilene Bonzanini, e a empresa **V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA. (CONTRATADA)**, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves, e que fica fazendo parte integrante e inseparável do referido instrumento, as partes contratantes convencionam, da melhor forma e para todos os efeitos de direito, prorrogar a vigência do contrato original, conforme a seguir estipulado:

CLÁUSULA 1 – Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original para vigorar de 30-10-2019 a 29-10-2020, nos termos da cláusula 10 do instrumento contratual original e cláusula 1 do Termo Aditivo n. 01, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA 2 – A remuneração relativa à prestação de serviços, prevista na cláusula 6.1 do contrato e Apostila n. 01, será atualizada, conforme o disciplinado na cláusula 7 do contrato original e na cláusula 2 do Termo Aditivo n. 01, pela variação acumulada do IPCA, observado o limite dos valores praticados no mercado.

Parágrafo único – O novo valor contratual vigorará a partir de 08 de agosto de cada ano da vigência.

CLÁUSULA 3 – Para atendimento das despesas no exercício de 2019, decorrentes do Contrato n. 15/2017 e dos Termos Aditivos ns. 01 e 02, foram emitidas as notas de empenho-estimativa:

a) ns. 2019NE000311 e 2019NE000313, ambas de 17-01-2019, para o atendimento das despesas com passagens para cursos, à conta do elemento 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, da ação orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0002 – Capacitação de Recursos Humanos.

b) ns. 2019NE000314 e 2019NE000316, ambas de 17-01-2019, à conta do elemento 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, da ação orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

Parágrafo único – Para o exercício seguinte, serão emitidas notas de empenho à conta de dotações orçamentárias previstas para despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA 4 – Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no processo administrativo em epígrafe, no Sistema Eletrônico de Informações do **CONTRATANTE**.

Desa. Marilene Bonzanini,
Pelo **CONTRATANTE**.

Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves,
Pela **CONTRATADA**.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mendonca Valente Goncalves, Usuário Externo**, em 15/08/2019, às 16:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marilene Bonzanini, Presidente**, em 15/08/2019, às 19:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0140744** e o código CRC **2F5D2D07**.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATO N. 15/2017

TERMO ADITIVO N. 01

Pelo presente Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 15/2017 (PAE n. 584/2017), cujo objeto é a prestação de serviços de agenciamento de viagens, firmado entre o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (CONTRATANTE)**, neste ato representado por seu Presidente, Des. Jorge Luís Dall'Agnol, e a empresa **V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA. (CONTRATADA)**, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves, e que fica fazendo parte integrante e inseparável do referido instrumento, as partes contratantes convencionam, da melhor forma e para todos os efeitos de direito, prorrogar a vigência do contrato original, conforme a seguir estipulado:

CLÁUSULA 1 – Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original para vigorar de 30-10-2018 a 29-10-2019, nos termos da cláusula 10 do instrumento contratual original, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA 2 – A remuneração relativa à prestação de serviços, prevista na cláusula 6.1 do contrato e Apostila n. 01, será atualizada, conforme o disciplinado na cláusula 7 do contrato original, pela variação acumulada do IPCA, observado o limite dos valores praticados no mercado.

Parágrafo único – O novo valor contratual vigorará a partir de 08 de agosto de cada ano da vigência



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

...continuação do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 15/2017, firmado entre o TRE-RS e a empresa V & P Serviços de Viagens Ltda.

CLÁUSULA 3 – Para atendimento das despesas no exercício de 2018, decorrentes do Contrato n. 15/2017 e do Termo Aditivo n. 01, foram emitidas as notas de empenho-estimativas ns. 2018NE000329 e 2018NE000330, de 09-01-2018, à conta do elemento 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, da ação orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0002 – Capacitação de Recursos Humanos e notas ns. 2018NE000331 e 2018NE000332, de 09-01-2018, à conta do elemento 3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, da ação orçamentária 02.122.0570.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa.

Parágrafo único – Para o exercício seguinte, serão emitidas notas de empenho à conta de dotações orçamentárias previstas para despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA 4 – Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

E por estarem justos e contratados, foi lavrado, em duas vias de igual teor e forma, o presente termo aditivo que, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Porto Alegre, de de 2018.

Des. Jorge Luís Dall'Agnol,

Pelo **CONTRATANTE**.

Sr. Alexandre Mendonça Valente Gonçalves,

Pela **CONTRATADA**.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/08/2019 às 15:11) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 21.993.683/0001-03.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5D65.7255.2749.7493



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/08/2019 às 15:12) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 704.710.371-68.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5D65.7280.D890.A536

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 21993683000103 70471037168**LIMPAR****Data da consulta:** 27/08/2019 15:11:02**Data da última atualização:** 27/08/2019 12:00:08

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.993.683/0001-03
Razão Social: V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA
Nome Fantasia: V & P
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 704.710.371-68 Participação Societária: 90,00%
Nome: ALEXANDRE MENDONCA VALENTE GONCALVES
Carteira de Identidade: 00320487108 Órgão Expedidor: SSP/DF
Data de Expedição: 24/09/2010 Data de Nascimento: 02/05/1980
Filiação Materna: LUCILA MENDONCA VALENTE GONCALVES
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 017.728.521-47
Nome: CAROLINA COSTA TENORIO VALENTE
Carteira de Identidade: 2484315 Órgão Expedidor: SSP DF
Data de Expedição: 10/12/2013

CEP: 71.503-508
Endereço: QUADRA SHIN CA 08 LOTE 01 TORRE 4 APTO 104 - LAGO NORTE
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 35363233
Email: vepviagens.financeiro@gmail.com

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF:	786.799.151-49	Participação Societária:	10,00%
Nome:	GEUSA PEREIRA DA SILVA		
Carteira de Identidade:	1564678	Órgão Expedidor:	SSP/DF
Data de Expedição:	19/07/2006	Data de Nascimento:	29/01/1975
Filiação Materna:	RITA MARIA PEREIRA SILVA		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	71.925-000		
Endereço:	QUADRA 205 LOTE 05 APT., 912 - RESIDENCIAL INGRID - AGUAS		
Município / UF:	BRASÍLIA / Distrito Federal		
Telefone:	(61) 33366608		
Email:	vepviagens.financeiro@gmail.com		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Empresas do Sócio / Administrador

Dados do Sócio / Administrador

CPF: 704.710.371-68

Nome: ALEXANDRE MENDONCA VALENTE GONCALVES

Fornecedores dos quais é sócio/administrador

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Participação Societária
21.993.683/0001-03	V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA	V & P	90,00%